



Desenvolvimento em Questão

ISSN: 1678-4855

davidbasso@unijui.edu.br

Universidade Regional do Noroeste do

Estado do Rio Grande do Sul

Brasil

Ravagnâ Piga, Talita; Vargas Mansano, Sonia Regina
Dimensões Políticas da Ação Ambiental. Um Estudo de Caso
Desenvolvimento em Questão, vol. 14, núm. 36, octubre-diciembre, 2016, pp. 294-319
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
Ijuí, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=75247943011>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Dimensões Políticas da Ação Ambiental

Um Estudo de Caso

Talita Ravagnã Piga¹
Sonia Regina Vargas Mansano²

Resumo

A sustentabilidade ambiental é uma noção recentemente elaborada que ganhou importância mundial. Tomando em análise a expansão desse debate, o presente trabalho busca investigar algumas dimensões políticas presentes nas ações ambientais. Para isso, utilizou-se como norteador teórico o conceito de governamentalidade, elaborado pelo filósofo Michel Foucault, buscando articulá-lo às políticas governamentais de preservação do meio ambiente, abordando sua dimensão macropolítica. Na parte empírica, buscou-se analisar o envolvimento de agentes sociais que, atuando na esfera local, começam a expor sua preocupação com a natureza, difundindo práticas de conservação em uma dimensão micropolítica. Para isso, esta pesquisa, de base qualitativa, coletou depoimentos sobre a história oral de uma banda punk que evidencia, em sua produção musical, as questões ambientais que assolam nosso país. Como conclusão parcial, nota-se que a aproximação entre conhecimento acadêmico e saberes cotidianos delinea-se como um desafio e como oportunidade de produzir práticas transformadoras diante dessa problemática urgente que mobiliza nossa sociedade.

Palavras-chave: Política pública ambiental. Governamentalidade. Micropolítica.

POLITICAL DIMENSIONS OF ENVIRONMENTAL ACTION: A CASE STUDY

Abstract

Environmental sustainability, despite being a newly developed concept, has won global importance. Taking under consideration the expansion of this debate, this paper investigates some political dimensions involved in sustainable actions. For this, we used as a guide the concept of governmentality,

¹ Mestre em Administração pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Bacharel em Administração pelo Centro Universitário Eurípedes de Marília-SP. Professora da Faculdade de Ciências Educacionais e Sistemas Integrados – Facesi/PR. talita.rpiga@gmail.com

² Doutora em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Docente do Programa de Pós-Graduação em Administração e da Universidade Estadual de Londrina (UEL). smansano@sercomtel.com.br

elaborated by the philosopher Michel Foucault, seeking to articulate it to the government policies for the preservation of the environment. In the empirical part, we sought to study the involvement of social agents that, acting at the local level, begin to expose their concern with nature, spreading conservation practices on a micro dimension. For this, this research, of qualitative basis, collected testimonials about the oral history of a punk band that shows in your music production, environmental issues that plague our country. As a partial conclusion, it can be said that the rapprochement between academic knowledge and everyday knowledge is drawn as a challenge, but also as an opportunity to produce transformative practices on a problem which is configured as urgent and that mobilizes the different instances of our society.

Keywords: Environmental public policy. Governmentality. Micropolitic.

Apesar de ser uma noção recentemente elaborada, a sustentabilidade ambiental já ganhou importância mundial, sobretudo para o campo político estatal. Perpassando caminhos conflituosos, é possível notar que tal noção está diretamente relacionada às preocupações advindas de diferentes agentes, segmentos políticos e instituições sociais que se empenharam na constituição de um referencial mais consistente, com a criação do conceito de “desenvolvimento sustentável” (Brundtland, 1991). Este, ainda que seja alvo de muitas críticas, é amplamente problematizado nas conferências internacionais sobre o meio ambiente que vêm sendo realizadas de maneira sistemática desde a segunda metade do século 20, em âmbito mundial.

Embora estudos, como o realizado por Elkington (2001), apontem para a importância de tomar em consideração a tríade da sustentabilidade, que envolve questões econômicas, sociais e ambientais, o problema é, em última instância, político. Isso porque ele implica processos de decisão individual e coletivo sobre como enfrentar, de maneira contextualizada e globalizada, as questões ligadas ao meio ambiente. É precisamente este o objetivo do presente trabalho: compreender a dimensão política que perpassa a problemática do meio ambiente, abordando suas dimensões macro e microssociais.

Em uma apreciação preliminar, o termo política refere-se aos problemas emergentes na vida das cidades e, consequentemente, ao que é urbano, civil, público e social. Para Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998), o termo política foi usado durante séculos para designar, principalmente, o estudo daquela esfera de atividades humanas que se refere, de algum modo, às coisas do Estado. Buscando pelo verbete *político* em dicionários de etimologia da língua portuguesa, uma primeira definição encontrada diz: “Político. Do grego *politikós* ‘relativo ao governo de uma cidade, de um Estado’, pelo latim *politici*, por via erudita” (Nascentes, 1966, p. 596). Desde já, é possível constatar que uma análise política da questão ambiental é urgente e, ao mesmo tempo, gera polêmicas, por se localizar em um campo onde circulam múltiplos interesses, agentes e saberes.

O presente trabalho busca compreender as dimensões políticas que se fazem presentes nas questões ambientais. Para isso, ele foi dividido em três partes: primeiramente, busca traçar algumas articulações entre a noção de política e o conceito de governamentalidade tal qual desenvolvido pelo filósofo Michel Foucault, estendendo esse conceito para a compreensão das políticas públicas brasileiras voltadas para as questões ambientais. Em seguida, apresenta-se o percurso metodológico utilizado para realizar esta pesquisa de base qualitativa, que teve como unidade de análise uma banda *punk* que tematiza em suas músicas as questões do meio ambiente. A terceira parte deste trabalho detém-se sobre a organização e discussão dos resultados com base nos depoimentos e suas articulações com o referencial estudado. Por fim, já nas considerações finais, busca-se delinear algumas passagens entre a micro e a macropolítica, mostrando como essas duas dimensões se entrecruzam nas práticas sustentáveis da atualidade.

O Conceito de Política e Suas Múltiplas Dimensões

O conceito de política é utilizado por diversas áreas de conhecimento, que o compreendem a partir de diferentes perspectivas. Para o contexto desta pesquisa, buscamos partir do conceito de política tal qual ele aparece nos estudos realizados por Michel Foucault, especialmente aqueles voltados para a análise da “governamentalidade” (1996, 1997, 2008a, 2008b). Neles, o autor mostra que, historicamente, foi criada uma racionalidade para governar a população e as relações sociais de uma dada sociedade. Tal governamentalidade vem se desenvolvendo mais precisamente desde o século 18, e tem como objetivo conhecer, de maneira mais direta, a vida da população por meio do que ele chama de “práticas múltiplas”. Também mencionada como razão governamental, a governamentalidade ocupa-se da elaboração continuada de uma racionalidade que busca organizar e dirigir a conduta dos homens por meio de uma administração estatal, que diz “respeito à definição do que se entende por governo do Estado, aquilo que chamaremos governo

em sua forma política” (Foucault, 1996, p. 278). Nesse empreendimento, é notável o quanto os conhecimentos advindos da estatística colaboraram para evidenciar que a população possui uma regularidade própria que pode ser amplamente conhecida e investigada, atentando, por exemplo, para o cálculo do número de mortes e nascimentos, de doenças, de epidemias e de acidentes. Assim, ganha contornos o que o autor denomina “biopolítica”, que pode ser entendida como “a maneira pela qual se tentou, desde o século XVIII, racionalizar os problemas propostos à prática governamental, pelos fenômenos próprios a um conjunto de seres vivos constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, raças” (Foucault, 1997, p. 89).

Nesse sentido, a organização da coletividade aparece como objetivo final do governo, que terá como propósito “melhorar a sorte da população, aumentar a riqueza, sua duração de vida, sua saúde” (Foucault, 1997, p. 289). Isso ocorre por meio de campanhas que agem diretamente sobre a vida do coletivo populacional. Pode-se tomar como exemplos dessas campanhas as que buscam informar e mobilizar a população para a prevenção de determinadas doenças, como a aids e a dengue, e as que alertam sobre os problemas decorrentes do uso de diversas substâncias, como álcool e drogas, advertindo sobre suas consequências. As campanhas aqui citadas estão mais relacionadas à atualidade. A utilização desta estratégia pelos governos, entretanto, ocorre há muito tempo e se dedica às mais diversas dimensões da vida. Conforme evidencia Foucault, os governos, em sua forma estatal, promovem:

[...] campanhas através das quais se age diretamente sobre a população, e técnicas que vão agir indiretamente sobre ela e que permitirão aumentar, sem que as pessoas se dêem conta, a taxa de natalidade ou dirigir para uma determinada região ou para uma determinada atividade os fluxos de população (1996, p. 289).

Nota-se, assim, que o estabelecimento de um saber governamental é indissociável da constituição de um saber sobre a vida da população. Nesse sentido, a economia tem um papel fundamental, uma vez que preza pela

administração da produção e distribuição de bens e serviços, levando em conta as diversas transações monetárias implicadas nesse processo. A economia política é um saber que participa da organização da vida da população, da cidade ou do Estado, valendo-se de técnicas e táticas específicas de governo em busca de prosperidade. O que, todavia, é governar? Na visão de Foucault (2008b, p. 6), “governar segundo o princípio da razão de Estado é fazer que o Estado possa se tornar sólido e permanente, que possa se tornar rico, que possa se tornar forte diante de tudo o que pode destruí-lo”. Neste viés, a economia política permitiu uma análise geral sobre a organização, a distribuição e a limitação dos poderes em uma sociedade em busca de desenvolvimento. Nota-se que, desde o século 18, ganha contornos

[...] um fenômeno particularmente astucioso, pois se efetivamente os problemas da governamentalidade, as táticas de governo se tornaram a questão política fundamental e o espaço real da luta política, a governamentalização do Estado foi o fenômeno que permitiu ao Estado sobreviver. São as táticas de governo que permitem definir a cada instante o que deve ou não competir ao Estado, o que é público ou privado, o que é ou não estatal, etc.; portanto o Estado, em sua sobrevivência e em seus limites, deve ser compreendido a partir das táticas gerais da governamentalidade (Foucault, 1997, p. 292).

Como a questão da governamentalidade se cruza com a problemática do meio ambiente? Pode-se afirmar que este último, aos poucos, também se tornou uma preocupação do Estado, sendo incorporado em sua racionalidade para governar a população. Há muito tempo o Estado vem desenvolvendo algumas iniciativas de proteção ambiental, com foco no bem-estar e na saúde da população, criando melhores condições de habitação, saúde e segurança. Nesse sentido, começa-se a perceber que os problemas relativos ao meio ambiente possuem uma interface indissociável com os problemas de saúde pública. Concomitante às intervenções governamentais referentes, em especial, às campanhas publicitárias que sensibilizam a população para os problemas do meio ambiente, cresce uma esfera micropolítica composta

por práticas disseminadas no cotidiano de comunidades e bairros, as quais são voltadas para ações locais e imediatas. Esta dimensão micropolítica se organiza em grupos sociais menores, acionando as pessoas para enfrentar a problemática do meio ambiente: ora questionando a ação do Estado, ora adotando práticas simples e situadas. Tais práticas buscam se contrapor aos ataques insistentes e sistemáticos contra a natureza, colaborando para a diminuição de ações poluidoras, preocupando-se com o destino dos resíduos ou buscando sensibilizar as comunidades para atitudes mais sustentáveis. Geralmente, os agentes envolvidos nessas ações são pessoas anônimas que dedicam tempo e energia para disseminar ações pontuais.

A participação efetiva da sociedade civil nos problemas ambientais é ainda pouco estudada pela área de Administração. Isso justifica o fato de recorrermos a autores como Guattari e Rolnik para compreender o crescente interesse de pequenos grupos sociais pela questão ambiental. Os autores mostram que existem espaços microssociais capazes de engendrar ações políticas que podem acontecer “num bairro, numa comunidade, numa escola, num grupo que faz teatro ou que fabrica uma rádio livre. Ou, ainda, as relações entre militantes de qualquer espécie, entre homens e mulheres, entre raças, entre gerações” (1996, p. 55). Diante dessa diversidade de espaços para intervir de maneira situada, eles concluem que, em tais ações, há “algo que se expressa num nível micropolítico, exatamente, o da produção de subjetividade” (1996). Assim, o que encontramos na análise das práticas micropolíticas é precisamente a presença de elementos subjetivos díspares, por meio dos quais as pessoas, em sua microrrealidade social, atuam em prol da questão ambiental.

A Política e as Questões Ambientais

De acordo com o estudo de Mota (2001), a política pública envolve decisões inter-relacionadas, tomadas por um gestor ou por um grupo de gestores, que incidem sobre a vida da população. Entre os diversos tipos

de políticas públicas que o Estado tem formulado e implementado, pode-se encontrar a saúde, a educação e a segurança. Em alguma medida, todas essas áreas ligam-se ao problema da gestão dos recursos naturais. As políticas especificamente ambientais, no entanto, surgem mais tarde em razão de uma preocupação com o meio ambiente e seus impactos, e foram sendo incorporadas no decorrer do tempo com a organização das cidades. Pode-se considerar que a introdução da dimensão ecológica no debate político da governamentalidade convoca as mais diversas áreas de conhecimento a enfrentar os desafios ecológicos, pois constantemente o Estado e os governos demandam da comunidade científica e dos diversos profissionais especializados na temática, respostas para a crise ambiental.

É possível identificar, de acordo com Cunha e Coelho (2003), pelo menos três tipos de políticas públicas ambientais: as regulatórias, as estruturadoras e as indutoras de comportamento. Tais políticas permitem pensar que uma governamentalidade, tal qual estudada por Foucault (1996), põe em ação decisões tomadas por gestores públicos conforme as demandas de cada época. As políticas regulatórias dizem respeito à elaboração de legislação específica para estabelecer ou regulamentar normas e regras de uso (e acesso) do ambiente natural com seus recursos, bem como à criação de aparatos institucionais que garantam o cumprimento da lei. Esse tipo de política fez-se muito presente entre os anos de 1930 a 1971, marcados pela construção de uma base de regulação dos usos dos recursos naturais, em que vários instrumentos de políticas ambientais puderam ser idealizados e postos em prática. O debate sobre a criação do Código Florestal brasileiro, por exemplo, ganhou novo alento com a criação do Serviço Florestal Federal em 1925. Foi a partir da Revolução de 1930, no entanto, sob a égide de um Estado centralizador, que a regulação ambiental ganhou impulso definitivo em nosso país.

As políticas ambientais voltadas para a adoção de medidas de cunho normativo são as que mais vêm evoluindo no Brasil por meio de iniciativas governamentais articuladas nos campos da gestão dos recursos hídricos, do

manejo florestal, no controle da poluição, prevenção e combate a incêndios florestais, capacitação para planejamento e o uso da terra, bem como na promoção de ações de educação ambiental. Cabe enfatizar que, nesse primeiro período das políticas ambientais reguladoras no Brasil, privilegiou-se uma abordagem nacional do problema ambiental e, apenas secundariamente, foram desenvolvidas ações com caráter regional. As ações públicas incidiram basicamente nas Regiões Sul e Sudeste, onde os processos de industrialização e urbanização estavam mais avançados e, por consequência, já causavam graves danos ao meio ambiente (Cunha; Coelho, 2003). Nessa primeira fase das políticas ambientais, um tipo de instrumento foi particularmente introduzido como controlador da degradação ambiental, denominado instrumento de comando e controle ou de regulação. De acordo com Souza, esse tipo de instrumento,

Tanto nos países industrializados como nos países em desenvolvimento [...] têm sido a base dos sistemas de gestão do meio ambiente. Essas regulamentações formam, basicamente, um conjunto de normas, regras e padrões que devem ser obedecidos pelos agentes econômicos e sociais com vistas a adequarem-se a determinadas metas ambientais, acompanhado de um conjunto de penalidades previstas para aqueles que não as cumprimem (2000, p. 240).

Bastante característico desse período, inclusive no Brasil, foi o desenvolvimento e a adoção dos chamados “padrões”, que deveriam ser cumpridos mediante responsabilização legal. Na sua forma mais comum, eles representam a obrigatoriedade de as indústrias reduzirem a poluição até certo nível, instalando determinados equipamentos ou sistemas de tratamento para restringir seus efluentes (dejetos industriais). Comumente, esses mecanismos de regulação se traduzem em padrões de emissão, que são limites legais à quantidade de poluentes, atendendo aos requisitos da proteção da saúde humana e dos recursos ambientais (Carvalho, 1987). Nota-se que esse tipo de instrumento político tem uma interface direta com o Estado, à medida que se pauta na legislação para regular e sancionar a emissão de poluições

diversas, para atender, como afirmou Carvalho, às preocupações com a saúde da população e com os recursos naturais. Pode-se notar, assim, que há uma clara imposição com base na força da lei e na correspondente punição daqueles que não se aliam a esses tipos de instrumentos.

A segunda categoria de políticas ambientais identificada por Cunha e Coelho (2003) são as estruturadoras. Elas implicam intervenção direta do poder público ou de organismos não governamentais na proteção ao meio ambiente. Como exemplo de políticas estruturadoras, tem-se a criação de unidades de conservação, sejam elas públicas ou reconhecidas pelo poder público, bem como a realização ou financiamento de projetos locais de conservação e de atividade de zoneamento econômico e ecológico. Esse tipo de política pode ser encontrado mais frequentemente entre os anos de 1972 a 1987, período em que a ação intervencionista do Estado chegou ao ápice, ao mesmo tempo em que aumentou a percepção de uma crise ecológica global.

Nesse mesmo período, ocorreu um maior envolvimento de ONGs com os problemas ambientais, e suas ações começaram a se tornar cada vez mais intensas. O processo de formulação de políticas ambientais no Brasil foi fortemente influenciado pelo informe do Clube de Roma, “Os Limites do Crescimento”, divulgado em 1971, e pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, em 1972. Em 1971 também foi fundado o *Greenpeace*, uma das ONGs de maior visibilidade no setor ambientalista. A crise do petróleo no início da década de 70 ampliou o debate mundial sobre a escassez dos recursos naturais. Como marco importante desse momento político no âmbito internacional, em 1979 foi criado o primeiro Partido Verde do mundo, na Alemanha, cuja repercussão foi manifestada mundialmente, servindo de inspiração e modelo para a sucessiva criação de outros partidos verdes mundo afora.

A Política Nacional do Meio Ambiente também foi elaborada neste período por meio da Lei Federal nº 6.938, de 1981, que deu origem a “dois procedimentos importantes que forneceram as bases para criação dos ‘custos de poluir’: a criação do Sistema de Licenciamento de Atividades Poluidoras

(SLAP) no âmbito dos estados e os estudos prévios de impacto ambiental” (Cunha; Coelho, 2003, p. 51). É importante ressaltar que esses procedimentos são componentes de mais um tipo de instrumento de comando e controle dessa segunda fase das políticas ambientais: as licenças. Cabe informar que a atuação do Estado chegou ao ápice em virtude da continuidade e aprimoramento na elaboração de instrumentos em razão da primeira fase. As licenças são usadas pelos órgãos de controle ambiental para autorizar a instalação de operação de projetos e atividades que incorram em impacto ambiental.

Nesse sentido, o surgimento desses estudos e relatórios, no final de 1986, serviu de resposta à crescente visibilidade das populações locais, nativas ou não, ameaçadas pelos projetos infraestruturais que se desenvolviam em todo o país e se consolidavam como um dos principais instrumentos relativos às políticas ambientais. A ausência de tais estudos dificultava a concessão de uma licença para operar atividades nocivas ao meio ambiente.

Por último, as políticas de tipo indutoras referem-se a ações que objetivam produzir efeitos nas atitudes de indivíduos ou grupos sociais. São normalmente identificadas com a noção de desenvolvimento sustentável e instituídas por meio de linhas especiais de financiamento ou de políticas fiscais e tributárias. Representam, portanto, iniciativas destinadas a aperfeiçoar a alocação de recursos. O emprego estratégico de instrumentos econômicos, nesse caso, busca privilegiar certas práticas consideradas ambientalmente desejáveis e inviabilizar aquelas que podem resultar em degradação ecológica.

As certificações ambientais, como da Organização Internacional para Padronização (ISOs) e selos verdes do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), entre outros, também podem ser incluídas nas políticas indutoras, pois são formuladas com o objetivo de modificar o comportamento dos consumidores. Esse terceiro período das políticas públicas no nosso país, identificado por Cunha e Coelho (2003), corresponde ao ano de 1988 e se estende aos dias atuais, sendo marcado pelos processos de democratização e descentralização decisórias bem como pela rápida disseminação da noção de desenvolvimento sustentável. Esse período concerne

a uma mudança significativa na abordagem da problemática ambiental do país, com base na divulgação do Relatório Brundtland, em 1987, que gerou debates diversos e introduziu o conceito de desenvolvimento sustentável nas políticas públicas.

No Brasil, o processo de redemocratização levou à promulgação de uma nova Constituição em 1988, com forte tendência descentralizadora, diferentemente do primeiro período, que era marcado predominantemente por uma ação estatal centralizadora. Com isso, o envolvimento da sociedade local nas questões ambientais passou a ser estimulado e noções, como a de “divisão de responsabilidades” e a de “complementaridade” entre as competências federais, estaduais e municipais, ganharam importância, acompanhadas de discussões sobre o papel dos diversos atores sociais na reformulação das políticas públicas e no reordenamento das demandas setoriais e regionais. Com relação à Constituição de 1988, pode-se destacar que ela foi a primeira a tratar especificamente da questão ambiental, contendo capítulo e artigo específico (Capítulo VI, artigo 225) sobre o meio ambiente. Nesse período foram instituídas novas bases de aplicação de multas, a obrigação de recuperação dos ambientes degradados, a lei para compensar (criação de *royalties*) à União e a aplicação de instrumentos regulatórios (zoneamentos) sobre os Estados e municípios em razão da exploração de recursos naturais hídricos, minerais e petrolíferos.

Com base nesta periodização do processo de elaboração e estabelecimento de políticas ambientais e de seus instrumentos, pode-se observar uma grande movimentação envolvendo diversos atores sociais que foram sendo incorporados na problemática e os diferentes meios legais pelos quais o Estado foi efetuando o controle das políticas públicas. Um órgão estatal que pode ser apontado como relevante nesse processo de integração entre governos e atores sociais em relação aos problemas do meio ambiente, é o Ministério das Cidades. Sua criação constituiu “um fato inovador nas políticas urbanas, na medida em que superou o recorte setorial da habitação, do saneamento e dos transportes e trânsito para integrá-los levando em consideração

o uso e a ocupação do solo” (Brasil, 2013). Tal consideração, embora imersa em autopromoção por parte do Estado, está relacionada diretamente a uma crescente preocupação com as questões ambientais em todos os níveis da administração pública, sobretudo quando o Ministério afirma:

Outro aspecto fundamental de sua criação está na busca da definição de uma política nacional de desenvolvimento urbano em consonância com os demais entes federativos (município e estado), demais poderes do Estado (legislativo e judiciário) além da participação da sociedade visando à coordenação e à integração dos investimentos e ações nas cidades do Brasil dirigidos à diminuição da desigualdade social e à sustentabilidade ambiental (Brasil, 2013).

É importante destacar que esse Ministério vem buscando, na elaboração dos documentos, estabelecer um compromisso cada vez maior com a transparência na gestão pública. Isso fica evidente quando afirma os desafios a vencer: “[...] instituir uma política de longo prazo, que tenha continuidade e seja sustentável (como exige a mudança da dramática situação das grandes cidades) e subordinar os financiamentos às diretrizes da política de desenvolvimento urbano buscando evitar os erros do passado” (Brasil, 2013).

Paralela e simultaneamente à efetivação das políticas públicas, atores sociais que não estão diretamente ligados ao Estado vêm ganhando importância crescente na crítica e na formulação de projetos ambientais. As organizações internacionais participam da definição de uma agenda ambiental global e se articulam com os países em desenvolvimento, afetando diretamente o meio ambiente, com os programas de financiamento e até mesmo com as negociações de créditos de carbono. As ONGs também participam da definição de uma agenda ambiental, tanto internacional quanto nacionalmente, articulando negociações sobre mecanismos de regulação e dando forma às políticas ambientais de agências e doadores internacionais, mediante a implementação de projetos de intervenção direta ou de pro-

gramas de pesquisa. Além disso, existe a forte atuação militante que busca pressionar direta ou indiretamente o Estado para a tomada de posição ante o que estejam reivindicando.

É nesse sentido que ganham relevância as ações micropolíticas de proteção ambiental que advém do cidadão comum. Sobre isso, Guattari e Rolnik (1996, p. 132) afirmam: “A análise micropolítica se situaria exatamente no cruzamento entre esses diferentes modos de apreensão de uma problemática”, tomando em consideração a implicação política dos diferentes agentes que dela se ocupam. É assim que o cidadão comum, preocupado com o avanço da devastação ambiental, mostra-se cada vez mais sensível e conectado às questões relativas ao meio ambiente, produzindo, em seu cotidiano, práticas diversas que acionam outra dimensão das questões ambientais: a micropolítica.

Percorso Metodológico: delimitando um campo de investigação empírica

A primeira parte deste trabalho dedicou-se à análise de uma literatura técnica e especializada, constituída de documentos oficiais do governo, como relatórios do IBGE, o Estatuto da Cidade e planos diretores municipais. Busca-se, agora, compreender qualitativamente o contexto social e histórico no qual uma prática micropolítica específica emergiu e se consolidou. Goldenberg (2007) define a metodologia qualitativa como aquela que busca ver o mundo através dos olhos dos atores sociais e dos sentidos que eles atribuem aos objetos e às ações que desenvolvem. O foco incide na qualidade do que é dito e realizado pelos atores sociais.

É com esse intuito que a pesquisa se volta, em sua parte empírica, para o relato de alguns agentes sociais sobre sua relação com as questões do meio ambiente. Para tanto, optou-se pela história oral como estratégia de investigação, uma vez que esta tem privilegiado ouvir e evidenciar vozes de grupos considerados marginais que nem sempre coincidem com aquelas

vozes que se fazem presentes nas histórias oficiais. Conforme explicam Ichikawa e Santos (2010), pertencem a esses grupos “os iletrados, as minorias, as mulheres, os camponeses, os operários” (p. 182). Segundo esses autores, a história oral busca “uma maneira de criar um canal de comunicação para ouvir esses segmentos. Ouvir suas reivindicações, angústias, sugestões, críticas” (2010). Isso é relevante para o contexto desta investigação, uma vez que os saberes gerados por esses grupos contribuem para a compreensão das ações da sociedade civil.

Foi assim que se delimitou, como unidade de análise desta pesquisa, uma banda de *rock*, do gênero *punk/hard core*, do interior do Estado de São Paulo. Esse gênero musical é considerado referência em elaborar músicas com um viés crítico sobre problemas sociais e ambientais, fazendo da música uma forma de denúncia. A opção por pesquisar um grupo de menor amplitude ante o cenário nacional da indústria fonográfica, levado em conta como “marginalizado” no meio musical, foi de compreender e evidenciar a emergência de um saber local.

A estratégia de coleta dos depoimentos teve como intuito ir além da história oficial da sustentabilidade, construída pela via dos documentos, das conferências internacionais sobre sustentabilidade e de seus desdobramentos em políticas públicas. Ouvir as histórias contadas por pessoas anônimas serviu para abrir outras perspectivas e ampliar as possibilidades de análise sobre o problema investigado. Como instrumento de coleta de dados, optou-se pelo grupo focal. O instrumento norteador da conversação foi um roteiro elaborado previamente, abrindo-se aos participantes a possibilidade de abordar temas que não estavam nele contemplados. Fizeram parte do grupo quatro participantes (membros de uma banda *punk/hardcore*) escolhidos por serem reconhecidos como referência local que realiza atividades ligadas ao meio ambiente. Consideramos esta amostra significativa, pois, de acordo com Godoi e Balsin (2010, p. 91), nesse tipo de pesquisa “não se buscam regularidades, mas a compreensão dos agentes, daí que os levou a agir como agiram” diante do problema em pauta.

Os dados foram analisados tendo como norteador o conceito de micropolítica tal qual compreendido por Guattari e Rolnik (1996). Além disso, o conceito de governamentalidade serviu para evidenciar as afirmações, avaliações, contradições, complementaridades, possibilidades e limites que a macro e a micropolítica colocam em curso.

Resultados e Discussões: ações micropolíticas ambientais

Para analisar os depoimentos, foram selecionados alguns fragmentos que serão aqui expostos em três momentos: o objetivo da banda ao tematizar a questão ambiental, o seu conhecimento das políticas públicas e as ações empreendidas no cotidiano.

Uma das principais questões discutidas durante a entrevista foi a opção que a banda fez por abordar o tema ambiental em suas produções musicais. A resposta inicial a essa indagação, fornecida pelo entrevistado 1, foi: *“todo mundo começou a falar, viu-se essa necessidade, começou-se essa divulgação. E é uma evolução mesmo, antes era apenas uma ideia: a gente precisa mudar. Desde os anos 80, a gente toca um cover de uma banda que já falava disso: poluição de indústria, de fábricas nucleares”*. Com base nesse primeiro fragmento, fica evidente que, para o integrante da banda, os problemas ambientais estão se tornando amplamente divulgados e debatidos, às vezes com um tom de denúncia pelos agravantes já percebidos pela população, como a poluição das indústrias, que hoje são mais conhecidos, embora amplamente negligenciados. Nota-se que as dimensões macro e microssociais ficam evidentes, uma vez que o entrevistado demonstra ter percebido os efeitos da expansão dos debates realizados seja nas conferências internacionais de maior visibilidade, seja nas mídias, seja ainda por meio de discussões pontuais que ocorrem nos âmbitos escolar, familiar e social que, em sua percepção, teve início nos anos 80.

Sabe-se, no entanto, que a visibilidade dos problemas ambientais não ocorreu de forma tão rápida dado que as discussões de maior repercussão começaram nos anos 60 por meio dos debates que buscavam denunciar poluições, assim como a emergência dos primeiros movimentos ambientalistas. Nesse sentido, a problemática ambiental é sumariamente política, uma vez que envolve debates que ampliam sua importância por intermédio de diversos atores, sendo constantemente construída de forma a envolver as tomadas de decisão que consideram o posicionamento de pessoas conectadas a um mesmo problema.

Ainda sobre os motivos que levaram a banda a abordar o tema meio ambiente em suas letras, a resposta de um dos integrantes mostra-se sintonizada aos problemas ambientais e ao discurso corrente sobre desenvolvimento sustentável. Cabe lembrar que a noção de desenvolvimento sustentável tem sido amplamente disseminada desde os anos 80, quando o conceito foi consagrado pelo relatório Brundtland em 1987. Desde então ele tem sido contemplado na formulação de políticas públicas e na educação ambiental, sendo abordado em vários níveis do ensino e na mídia. Diz o integrante 2: “*Eu nasci já pra ser um ser vivo, um ser humano na Terra. Aí se eu não me preocupar em manter pelo menos alguma coisa boa pra mim, não jogar papel no chão... Às vezes a gente faz, não vou negar, mas não deve. O certo é ensinar meu filho: jogou no chão, joga no lixo e tal. Para mim [...] é isso aí, a preservação é muito linda, você poder ir pescar, você poder ir fazer vários passeios na natureza. Por enquanto tá tendo, só que o povo tá destruindo, desde o Aquífero Guarani ao fundão da Amazônia*”. Nota-se sua preocupação em manter um ambiente preservado para seu próprio bem-estar e também para a coletividade. A beleza e os benefícios materiais que a natureza proporciona para ele são motivos que demandam a preservação. Outro ponto presente nesse fragmento é a noção de população, tal qual apresentada por Foucault, quando diz da importância “das suas opiniões, das suas maneiras de fazer, dos seus

comportamentos, dos seus hábitos, dos seus temores, dos seus preconceitos, das suas exigências, é aquilo sobre o que se age por meio da educação, das campanhas, dos convencimentos” (Foucault, 2008a, p. 99).

Um segundo ponto a ser aqui analisado é o conhecimento e o envolvimento dos membros da banda com a política local. Os entrevistados demonstraram conhecimento sobre as políticas públicas ambientais dos municípios aos quais pertencem, tendo mostrado o reconhecimento de que as gestões municipais da cidade onde vivem estão caminhando em direção à contemplação das questões ambientais, apesar de haver problemas, como a corrupção: “*Agudos é uma cidade legal, passa lixeiro, quase todos os dias, assim, para falar da parte ambiental. O lixo é bem-tratado, é levado pra Buribi, tem um centro de reciclagem, eles separam tudo e tem o lixão municipal também que é em aterro sanitário. E é tudo bem-programado, a política nessa área, embora a corrupção seja medonha, em todo local*” (Entrevistado 2).

Já o integrante 1 aponta para a questão da gestão pública ambiental em outra cidade, ressaltando que: “*Eu posso falar por Bauru. A gente tá com um prefeito agora lá e ele é um ambientalista ativo. Ele é biólogo e o cara vem dessa escola, ele sempre foi ativo nisso. Então essa nova gestão, que tá vindo agora, digamos que é uma nova gestão mesmo. Assim, ele é uma pessoa nova e tá fazendo a parte dele. Melhorou um pouco, tem muita coisa para melhorar ainda, porque a gente sabe que não é só dele que depende, de várias pessoas e também das pessoas estarem cobrando isso*”. Por meio da fala do entrevistado 1, é possível perceber que, sob seu ponto de vista, essa nova gestão está promovendo algumas mudanças em relação às questões ambientais, embora os desafios sejam grandes, uma vez que o integrante reconhece que uma implicação com a questão ambiental não depende somente da vontade política de um gestor em particular. Novamente, as dimensões macro e micropolíticas são expressas nos depoimentos. É importante destacar que uma forma identificada pelo entrevistado 1 de suprir, em alguma medida, as deficiências da gestão pública, é a organização do terceiro setor, embora tal organização esteja debilitada financeiramente no momento. Informa ele: “*Tinha um instituto*

também, chamado Instituto Olho D’água, mas que agora perdeu força, porque não tinha verba, não tinha recurso. Então, assim, a gente vê que tem uma preocupação lá, mas ainda não tá com força suficiente. Não é aquela coisa que digamos que tá o assunto principal deles, que tá na pauta deles. Só que assim, falta muito. Mas, eu conheço pessoas que realmente estão envolvidas, do universo acadêmico, pessoas que estão realmente ligadas à prefeitura, estão ligadas realmente a essa parte política mesmo, estão fazendo alguma coisa. Mas ainda é muito, muito pequeno”.

As considerações do entrevistado sobre o instituto e as ações da prefeitura e da universidade vão ao encontro do argumento de Cunha e Coelho (2003), quando os autores afirmam que não há dúvidas de que o Estado permanece como agente articulador entre os diferentes projetos políticos e visões de mundo acerca das principais políticas ambientais no Brasil. Apesar disso, uma gama variada de atores não diretamente ligados ao Estado vem participando da formulação de projetos ambientais, como as ONGs, que são notoriamente conhecidas pela forte atuação militante que busca pressionar direta ou indiretamente o Estado e os governos para a tomada de ação diante do que estejam reivindicando. Nesse viés, pode-se considerar que as ONGs com caráter militante são comumente encontradas em várias cidades, embora muitas delas, tal como o instituto mencionado pela banda, não perdurem. Talvez isso ocorra por serem organizações menores, indo na contramão do processo de profissionalização que Jacobi (2003) aponta como sendo mais presente nas ONGs maiores, que participam de projetos mais complexos e angariam recursos internacionais.

Além da importância que projetos desenvolvidos por ONGs assumem no contexto de preservação ambiental, nota-se que, segundo os participantes da banda, há a necessidade de um envolvimento individualizado com os problemas ambientais. Exemplo disso pode ser encontrado na fala do entrevistado 2, quando este aborda a questão da conscientização do problema do lixo: “*Eu acho assim, que vai muito também da política da cidade, [...] dos caras correr atrás do negócio. Tem cidade que tem lixeira em toda esquina, tem cidade que você roda aí e você não vê uma lixeira*”. O mesmo entrevistado conclui, então,

que “*no Brasil não tem como você acatar isso aí, o tipo do povo, entendeu? Só que essa conscientização de jogar lixo no lixo, de reciclar, tudo isso é legal, cara. É legal, se cada um fazendo sua parte, vai virar*”.

Observa-se que o entrevistado aponta para uma micropolítica que pode ser exercitada pelas pessoas de forma mais desvinculada das obrigações legais do governo. Assim, uma vez que o cidadão comum esteja mais implicado com o problema das lixeiras, por exemplo, ele buscaria formas de destinar adequadamente seu lixo (como carregando-os até chegar em casa ou reaproveitando-os no uso doméstico) sem depender do fato de haver lixeiras públicas espalhadas ou mesmo de uma coleta pública de lixo eficiente. Como tal competência está ligada ao governo local, as pessoas também poderiam, sob seu ponto de vista, articular-se para cobrar de forma mais significativa que o problema do lixo seja suprido pela gestão municipal.

O último ponto de análise a ser aqui discutido refere-se às ações cotidianas dos membros da banda. As ONGs são por eles apontadas como tendo grande relevância social, pois evidenciam uma dimensão militante de participação voluntária, que também pode ser encontrada no movimento *punk*, que difunde a prática do “faça você mesmo”. Demonstrando que o público, de maneira geral, se sentia positivamente afetado pelas provocações contidas nas letras, o entrevistado 1 enuncia: “*estimula, acho que estimula, é um estopim, é aquela coisa que tá quieta e você chega e ‘vamos levantar, vamos causar mesmo, vamos levantar essa contestação, vamos contestar as coisa’. Por que ficar assim? Então, acorda. É um estalo para as pessoas começarem a... A gente não muda a cabeça de ninguém, não tá aqui para conscientizar ninguém, fazer a cabeça, mas sim de alerta, ‘tá parado, ergue e vamos fazer alguma coisa, você tá reclamando do governo, faça sua parte então’*”. Nota-se que o discurso individualizante que dissemina a ideia de “cada um fazer sua parte”, ao invés de simplesmente responsabilizar o governo, se faz presente.

Além desses apontamentos sobre a cultura do “faça você mesmo”, tão presente no movimento *punk*, destaca-se a orientação descentralizadora das políticas públicas ambientais características do final dos anos 80 (Cunha;

Coelho, 2003) como disseminadora de grande solicitação por parte do Estado e dos governos em “dividir responsabilidades” e “complementar” as competências federais, estaduais e municipais entre diversos atores da sociedade civil. Assim, observa-se frequentemente o envolvimento direto do cidadão em tomar para si a responsabilidade de gerir problemas ambientais, uma vez que o Estado não garante, sozinho, a proteção do meio ambiente. Novamente fica evidente a articulação entre macro e micropolítica.

Pode-se, entretanto, questionar se as diferentes formas de se envolver com um dado problema social, por meio de determinados grupos que se fecham e atuam com base em discursos individualizados, não acabam por enfraquecer a ação coletiva. O problema dos discursos que vão em direção à individualização de tais ações aparece quando, ao individualizar um problema que é coletivo, perde-se a dimensão política do mesmo. Esta dimensão necessita do encontro entre diferentes agentes que se articulam em posicionamentos coletivos efetivos. A impressão de que haja efetividade nessas ações ambientais individuais pode ser, na realidade, o efeito de um processo capitalista avançado que cria a sensação de que “fazer sua parte” é suficiente para conectar um coletivo. Uma micropolítica que se propõe a pensar criticamente os problemas sociais e seus possíveis atenuantes, no entanto, envolve enfrentamentos e práticas coletivas que vão muito além da simples ação individual. O entrevistado 4 considera que a função social da banda é “*conscientizar a galera que tá ouvindo e falando como realmente é: o que prejudica isso, o que acontece. Pra galera ouvir e tentar pôr a mão na consciência e falar: ‘é verdade’, ‘o cara tá falando’, ‘não é só falar, posso ouvir e colocar em prática realmente’*”. Cabe lembrar que, tal como visto no início deste artigo, a noção de política desdobra-se para múltiplos campos, pondo em prática o encontro e o enfrentamento com as diferenças.

Por outro lado, e retomando o caso dos *punks*, é possível compreender que esses enunciados de individualização podem ocorrer como parte de um importante processo político desencadeado por esses grupos, uma vez que,

embora também estejam aprisionados aos moldes do capital, eles encontram formas de expressar suas indignações e críticas. Sobre o movimento *punk*, Guattari e Rolnik salientam:

Centenas de grupos vivem, encarnam seu desejo em empreendimentos coletivos como o rock e o punk, que podem ter, para eles, uma importância absolutamente vital. Apesar de veicularem elementos de significação da ideologia dominante, apesar de serem prisioneiros de numerosos sistemas de modelização, eles exprimem, num certo nível inconsciente [...] aquilo que chamo de “vetor de revolução molecular”, o qual pode subverter a modelização da subjetividade (1996, p. 54).

Com isso, as mesmas produções culturais difundidas nos moldes do sistema capitalista e amplamente criticadas pelos *punks*, são, em alguma medida, reproduzidas por eles. A dimensão complexa desse tipo de produção é que elas podem se caracterizar, simultaneamente, como forças propulsoras de atuações localizadas, produzindo questionamentos diversos que não necessariamente representem o quadro geral do ideário capitalista. Isso demonstra a complexidade que atravessa as práticas micropolíticas disseminadas no cotidiano. É o que relatam os entrevistados 3 e 4 ao abordar a diversidade de trabalhos e os locais onde a banda atua: “*shows, manifestações, intervenções culturais, ocupações em casas ou prédios abandonados, com o objetivo de se transformar em futuros espaços culturais. Além das atividades que rolam dentro dos próprios espaços, tipo: oficina de batucada, oficina de fanzine que é o jornal ou revista feito por nós mesmos, rádio pirata ou clandestina, reuniões entre nós e a comunidade local, para melhor comunicação e a real divulgação da nossa intenção por ali. Também fazíamos trabalhos com crianças, tipo: contar histórias e estimular elas a escreverem sua própria história, brincadeiras antigas e inventadas por elas*”. Nota-se como os adeptos do movimento *Anarcopunk* buscam criar espaços microssociais para desenvolver uma diversidade de atividades que vão desde as culturais, passando pelas educacionais e envolvendo também

o lazer. Para tanto, valem-se de recursos limitados e simples que, uma vez usados de maneira situada, colocam em conexão outras instâncias micropolíticas, que não apenas os governos e as empresas.

Ainda sobre as formas mais individualizadas de enfrentar os problemas ambientais, cabe destacar que o Estado, diante do agravamento desses problemas, dissemina temores, exigências e demandas de práticas na população para que ela se envolva com os problemas que dizem respeito ao coletivo. Isso fica evidente nas falas anteriores da banda sobre a preocupação com uma sustentabilidade mínima que garanta a sobrevivência das gerações presentes e futuras, da responsabilidade por ensinar aos filhos atitudes ecológicas e da própria responsabilidade em agir em prol do meio ambiente, sem esperar que os governos tomem a frente desses projetos. É perceptível que os temores ligados à degradação ambiental estejam entre as preocupações cotidianas das pessoas. Nesse contexto, a vida pode ser entendida como objeto de preocupação do governo que se propõe a governar por meio de uma biopolítica (Foucault, 1997), ou seja, pela racionalização dos problemas ambientais perante suas implicações para a saúde da população e no esgotamento dos recursos necessários à manutenção da vida coletiva. Nesse sentido, as reações às práticas degradantes do meio ambiente são variadas e se manifestam na forma governamental, não governamental, empresarial e também na mobilização de pequenos grupos sociais, tal como demonstrado nos depoimentos aqui analisados.

Considerações Finais

No decorrer deste estudo, foi possível constatar que parte significativa das políticas ambientais refere-se a um posicionamento macrossocial, com ações generalizantes que buscam, pela via da lei e das políticas públicas, abordar os problemas ambientais por meio de um escopo regulador maior: o Estado. Nessa perspectiva, comprehende-se que a macropolítica pode ser considerada uma linha de ação mais rígida, racionalizada e instituída.

Mesmo as políticas públicas do tipo indutoras, notoriamente marcadas pelo caráter descentralizador das tomadas de decisão, podem ser consideradas componentes de uma macropolítica. Isso porque o direcionamento dessas políticas, que difundem a importância da participação populacional no debate sobre problemas ambientais, com imperativos do tipo “faça sua parte”, não está isento de um teor legal. O chamado para a ação acontece por meio de campanhas que buscam mobilizar e até sensibilizar a população em prol de alguma atividade. A esse respeito, e retomando a noção de população sobre a qual incide o Estado, afirma Foucault que a ela é “considerada das suas opiniões, das suas maneiras de fazer, dos seus comportamentos, dos seus hábitos, dos seus temores, dos seus preconceitos, das suas exigências, é aquilo sobre o que se age por meio da educação, das campanhas, dos convencimentos” (2008a, p. 99).

Nota-se como uma racionalidade governamental vem perpassando o posicionamento do Estado diante do agravamento dos problemas sociais, que também incluem os ambientais. Dessa forma, tem-se, por parte do Estado, uma distribuição de deveres – conforme visto no último período de políticas públicas ambientais, as indutoras (Cunha; Coelho, 2003) – que buscam privilegiar certas práticas em detrimento de outras. Perante a complexidade, no entanto, presente no sistema político global, com seus agravantes como a corrupção e, mais ainda, com os impasses gerados pelos problemas ambientais discutidos nas conferências internacionais sobre sustentabilidade, uma questão inquietante se coloca ao final deste estudo: Seria possível exercitar e difundir uma política do cotidiano (micropolítica) que envolvesse a ação direta dos sujeitos localizados em sua realidade social? Os dados analisados nesta pesquisa demonstram que sim.

Concomitantemente às ações do Estado, grupos organizados menores, como pequenas comunidades, ONGs, *blogueiros*, artistas de diferentes vertentes e ambientalistas, também participam dos debates políticos institucionais, indicando a emergência crescente de uma micropolítica no campo ambiental. Suas intervenções são identificadas por meio de diferen-

tes histórias orais, que dão visibilidade às práticas do cidadão comum que, sofrendo os efeitos da degradação ambiental e dos limites das ações advindas das políticas públicas, agregam em sua vida cotidiana práticas ambientais diversas, exercendo atividades que são, a princípio, de responsabilidade do Estado. Assim, iniciativas menores buscam construir práticas descentralizadas, fazendo valer a criação de soluções pontuais bem como as múltiplas maneiras de lidar com tais problemas. Não seria o conjunto dessas práticas situadas, com seus saberes marginais e, em certa medida, desqualificados, uma oportunidade para ampliar o conceito de política e, mais especificamente, de política ambiental, reconhecendo sua efetividade no cotidiano das relações sociais? Nessa direção, macro e micropolítica são indissociáveis e participam, cada uma a seu modo, das ações realizadas na interface entre sociedade civil e Estado.

Referências

- BOBBIO, N; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BRASIL. *Ministério das Cidades*. Disponível em: <www.cidades.gov.br/index.php>. Acesso em: 21 maio 2013.
- BRUNTLAND, G. H. (Org.). *Nosso futuro comum*: Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- CARVALHO, P. G. M. Meio ambiente e políticas públicas: a Feema diante da poluição industrial. In: PADÚA, J. A. (Org.). *Ecologia e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.
- CUNHA, L. H.; COELHO, M. C. N. Política e gestão ambiental. In: CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. (Org.). *A questão ambiental*: diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.
- ELKINGTON, J. *Canibais com garfo e faca*. São Paulo: Makron Books, 2001.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

- _____. *Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- _____. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- _____. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- GODOI, C. K., BALSIN, C. P. V. A pesquisa qualitativa nos estudos organizacionais brasileiros. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELO, R. B.; SILVA, A. B. (Org.). *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos*. São Paulo: Saraiva, 2010.
- GOLDENBERG, M. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica. Cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- ICHIKAWA, E. Y.; SANTOS, L. W. Contribuições da história oral à pesquisa organizacional. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELO, R. B.; SILVA, A. B. (Org.). *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos*. São Paulo: Saraiva, 2010.
- JACOBI, P. Movimento ambientalista no Brasil. Representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas. In: RIBEIRO, W. (Org.). *Patrimônio ambiental*. São Paulo: EDUSP, 2003.
- MOTA, J. A. *O valor da natureza: economia e política dos recursos ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- NASCENTES, A. *Dicionário etimológico resumido*. Brasília: MEC, 1966.
- SOUZA, Z. J. *Instrumentos de gestão ambiental: fundamentos e práticas*. São Carlos: Editora Riani Costa, 2000.

Recebido em: 23/2/2015

Accepted em: 4/3/2016